

Discurso do Desembargador Marcus Moura Ferreira.

Honra-me, a todos os títulos, a inserção do meu retrato na galeria dos ex-presidentes deste Egrégio Tribunal, por isso que o momento presente, tocando o mais íntimo de mim, reveste-se de serena alegria.

Antes de dizer mais neste espaço da imagem e do simbólico, devo expressar meu sentimento de pesar e solidariedade pelas vítimas da pandemia, que se contam em vidas perdidas e em pessoas enfermas, como ainda se vê. No Tribunal, perdemos, entre colegas de trabalho e amigos de longa data, magistrados e servidores, em atividade e aposentados.

Gostaria de situar este instante no grave e prolongado contexto de dores e incertezas por que passamos, a caminho de completar dois anos.

O que não cessou ainda, como se perenizasse nesta quadra do tempo, carrega consigo, no seu movimento contrastante, o germe do devir - ponto de partida e esperança. Devemo-nos o direito de esperar alguma luz, como Hannah Arendt postula do homem dotado de ação e, portanto, capaz do inesperado.

É do ser do homem que se trata, em sua corporeidade sensível e correlação com o mundo, como intersubjetividade radical e complexa. No seu acontecer, a vida que nele habita não se dissolve no ato de existir apenas, por isso que se quer digna, uma injunção ética impermutável. Mas este imperativo

passa ao largo de um sem número, como a pandemia escancarou. Vêem-se, no recorte de tantos rostos, novas formas de pobreza e miséria em toda a parte. É imenso, urgente, intergeracional o desafio que se tem.

É tempo de coragem, como ato ético, de afirmação contra o imobilismo, por trás do qual toda a inércia se esconde. Mas urge ser resoluto frente ao incessante das desigualdades e exclusões, um fardo sob cujo peso sucumbem quantos o carregam diuturnamente, destituídos de força para o deitarem de sobre os ombros; é-o de rever, para a proteção dos meios e a justeza dos fins, a lógica econômica concentracionista, de cujo cânone retórico - um seu lugar fixo - fala a razão puramente instrumental, e não criativa, que valida, quando não o institui, o abismo por entre povos, nações, sociedades, grupos sociais, economias e culturas. Esse cume de iniquidades é a barbárie do homem contemporâneo, a triunfar sobre legiões.

É tempo de compreender - é inacreditável que não o tenhamos percebido e ainda façamos o oposto - o nosso papel no grande teatro da criação, no proscênio do qual devem estar a natureza livre, guardiã de todos os seres, e os seus dons - gratuita, majestosa, pulsante - mas violada em seus últimos segredos, como diz Leonardo Boff. Precipitam-se sobre ela, tornando-a presa da cobiça, pilhando-a, a dominação sacrificial e o assédio do lucro. Creio que nos devemos indagar sobre a razão por que estamos no mundo.

Também o é de por cobro à violência estrutural, sistêmica; hoje, em rede, é viral, como antecipou o filósofo francês Jean Baudrillard. Entranham-na, de resto, a intolerância e o preconceito, opressivos e longínquos. Tais se vencem pela consciência em luta, que se vai formando, progressiva e tenaz.

Vário e, em muitos aspectos, sombrio, o legado de nosso tempo, ora agravado pelo flagelo ínfimo e invisível, nos pode ensinar sobre assumir o valor da vida, em seus fundamentos, vínculos e práticas, um plexo não raro encoberto.

O bem está pois em questão, não como puro ideal, mas como conduta aferível no mundo de relações, já que o seu contrário é também realidade testemunhável. Na singularidade do Ser concreto, no seu próprio arranjo, o bem é pertença de quem o faz ou recebe; na pluralidade, inter homines, ele se afirma, em plenitude, como princípio ético da civilização. Mas o seu desígnio, como vontade, impõe ao sujeito moral que este se compenetre de sua época e se interrogue sobre o que ela traz no ventre.

Daí porque as tribulações não podem passar sob silêncio, por dolorosas que sejam. No pós pandêmico, pelo qual ansiamos no horizonte próximo, em meio à tensão natural das expectativas, haverá muito com que lidar, já a refração do hoje inusitado, que pode repetir-se como a ciência prevê. A mim me consinto, frente à experiência marcante e profunda do presente, esta indagação que faço desde uma paráfrase livre de Hermann Brock, autor do clássico *A morte de Virgílio*:

Daquilo que vínhamos de ser e viver, com o seu caudal de coisas e constringências que não mais suportávamos, faremos nos despir com um autodesnudamento verdadeiro, desejado, um testemunho de esperança ativa?

Diremos no tempo, por fazer ou omitir. Mas diante dos clamores, a indiferença equivale à mudez moral sobre sentimentos que já se deviam inflamados, como o respeito incondicional à natureza e à vida e a salvaguarda de tradições caras à solidariedade e à paz.

A sociedade humana de nossos dias não tem outra saída senão agir em ordem a que se cumpram as exigências de uma vida digna para todos - eis, em suma, o lema que se há de ter em mente, o brado da consciência. No fluir da história, por razões afins ou não, mas igualmente instantes, o mundo já superou tragédias imensuráveis e o fez em passagens e prodígios de que somos e seremos sempre capazes. Para aquém, teremos escolhido - e as escolhas tramam o enredo de nossas vidas – os pontos de fuga, os quais, em semelhante situação, geralmente se mostram inseguros, precários, movediços, instáveis - *instabilis tellus, innabilis unda*, como sentenciou Ovídio no seu grandioso poema épico sobre o impermanente e a transformação do humano e de todos os seres.

Sr. Presidente. Senhoras e senhores!

Sobre o biênio no curso do qual fui presidente deste Tribunal, gostaria de fazer um breve registro, de sorte a fixar-me em três de seus aspectos substanciais, em consonância com este momento.

Deveres do cargo se cumprem e minha consciência jamais vacilou em agir de conformidade estrita com os princípios constitucionais e legais que governam a administração pública. Em especial, destaco, para além das questões que enumerei no meu discurso de encerramento de mandato, a grande ênfase que se deu à transparência na gestão, aplicação prática do princípio da publicidade, e à boa governança, que se traduz em um conjunto de políticas e práticas que dão concreção ao artigo 37 da Constituição. A observância de tais diretrizes, que pautou cada uma das ações levadas a efeito no biênio, não é fácil propriamente, nem simples de todo. De sua insciência, por outro lado, é que resultam tantos gravames, quando não se consomem formidáveis prejuízos à coletividade, especialmente aos desassistidos e injustiçados de sempre.

Também considero importante fazer referência à adoção de uma política de atenção à gestão de pessoas, que possibilitou, por exemplo, a implementação bem sucedida de sistemas como o SIGEP e o e-Social, racionalizando e uniformizando processos e procedimentos administrativos do Tribunal.

Na área da gestão patrimonial, o compromisso da Administração com o interesse e o erário públicos resultou na renegociação e revisão de contratos de locação, na aquisição de prédios próprios, a exemplo

do imóvel que abriga atualmente as Varas do Trabalho de Contagem, e no saneamento dos projetos e contratos relativos às obras da Escola de Engenharia da UFMG nesta capital.

Pela imensa tragédia que representou, não poderia deixar de mencionar, finalmente, o acidente do trabalho ocorrido em Brumadinho há exatos mil dias, em razão do qual mobilizou-se a jurisdição, com a participação decisiva dos juízes diretamente envolvidos e o apoio incondicional que se impunha a todos os membros da Administração. Acidentes como o de Brumadinho são um chamado poderoso a essa realidade sem véus a que venho de me referir e repercutem com grande força no sistema nacional de justiça.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, pela realização deste evento, bem assim à Denise Chaves, plena de atenção e cuidados, cujo pai, o saudoso Des. José Waster Chaves, inscreveu seu nome na história desta instituição judiciária, como juiz e seu presidente. Por igual, à Adriana Spinelli e sua equipe, prontas a orientar e prover os meios técnicos para viabilizar-se este momento.

De modo especial, quero agradecer ao Leonardo Andrade, fotógrafo da Secom e autor desta e de tantas fotos que formam, de algum tempo a esta parte, o acervo do Tribunal, retratando-o em sua fisionomia institucional.

A fotografia tem lugar de destaque no debate vanguardista sobre arte e teoria estética, desde os dois séculos precedentes. A imagem, em sua *dialética*

*congelada*, como a percebeu o grande filósofo Walter Benjamin, revela, também no retrato, que a interioridade mesma não é, felizmente, um bloco impenetrável.

É uma honra tomar parte nesta galeria, ao lado de tantos que fizeram, no tempo, o melhor de seu compromisso com o Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presidindo-o por delegação honrosa de seus pares, tal como fui investido.

Respeito e gratidão a todos!  
Saúde e vontade de vida!